

A REVOLUÇÃO RUSSA (OUTUBRO DE 1917) E A FUNDAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA NO BRASIL¹

Anita Leocadia Prestes

Segundo Eric Hobsbawm, “a Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado da história moderna”, pois teve “repercussões muito mais profundas e globais” que a Revolução Francesa de 1789. Se as ideias desta última “duraram mais que o bolchevismo, as consequências práticas de 1917 foram muito maiores e mais duradouras que as de 1789”. O historiador inglês destaca que

apenas trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos “Dez dias que abalaram o mundo” (Reed, 1919) e do modelo organizacional de Lenin, o Partido Comunista. A maioria seguiu a URSS na segunda onda de revoluções surgida da segunda fase da longa guerra mundial de 1914-45.²

A partir de outubro de 1917, uma onda de revoluções espalhou-se por grande parte do planeta; “em suma, a Revolução de Outubro foi universalmente reconhecida como um acontecimento que abalou o mundo” e “os acontecimentos na Rússia inspiraram não só revolucionários, porém, mais importante, revoluções”, como foi o caso da Revolução Alemã em 1918.³ Ainda que a revolução mundial, na qual apostaram Lenin e os bolcheviques, não se tenha concretizado, até o início da década de 1920, eram alimentadas esperanças na sua realização e a história do século XX, como afirma Hobsbawm, “não pode ser entendida sem a Revolução Russa e seus efeitos diretos e indiretos”.⁴

A América Latina e o Brasil, em particular, não deixariam de ser atingidos pelas repercussões desse grande acontecimento mundial. No Brasil, desde o início do século XX, o movimento operário estava sob a influência de correntes anarquistas - o anarco-sindicalismo a mais importante. Sob a direção de suas lideranças, os sindicatos operários em várias das maiores cidades brasileiras se mobilizaram contra as condições

¹ Texto publicado em Ivana Jinkings e Kim Doria (org.), *1917: o ano que abalou o mundo* (São Paulo, Boitempo, 2017), p. 137-149.

² Eric Hobsbawm, *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991* (São Paulo, Companhia das Letras, 1995), p.62; John Reed, *Ten days that shook the world* (Nova York, 1919 e inúmeras edições) [citado pelo autor].

³ *Ibidem*, p. 71-73.

⁴ *Ibidem*, p. 89.

de trabalho impostas aos trabalhadores pelos patrões e realizaram grandes greves, promoveram assembleias de trabalhadores e organizaram congressos operários, criando entidades como federações e confederações representativas dos seus anseios.

A imprensa operária desempenhou papel significativo na divulgação das ideias das lideranças anarco-sindicalistas e na luta pelos interesses dos trabalhadores. Os sindicatos dirigidos pelos anarco-sindicalistas se destacaram na organização de atos públicos dedicados à data de 1º de Maio - dia mundial de luta dos trabalhadores, ocasião em que, a partir do sacrifício dos mártires de Chicago em 1886, eram cultivadas as tradições internacionalistas do movimento operário mundial.

A partir de 1915, após a deflagração da Primeira Guerra Mundial, o movimento operário no Brasil se mobilizou na luta contra a Guerra e pela Paz. Ao combater a guerra e a invocação do patriotismo “para combater as lutas burguesas”, a imprensa anarquista afirmava: “não temos pátria, porque não temos direito à vida na sociedade”.⁵ “Delegados de organizações sindicais e de representantes de jornais operários, em assembleia realizada no dia 26 de março de 1915, criaram uma Comissão Popular de Agitação contra a Guerra.”⁶ No mesmo ano, foi organizado um Congresso de Paz, que, nas palavras de Astrojildo Pereira⁷, apesar de suas “enormes debilidades de organização e orientação”, “marcou, com incontestável relevo, uma posição decidida de luta contra a guerra imperialista e em defesa da paz e da liberdade”.⁸ Outras manifestações tiveram lugar em diversos pontos do Brasil, registrando a posição de repúdio à Guerra e a defesa da Paz mundial por parte do movimento operário no Brasil liderado pelos sindicatos anarco-sindicalistas.⁹

Os anos 1917 a 1920 registraram, no Brasil, o ascenso das lutas operárias sob a direção dessas lideranças. Dois momentos foram marcantes nesse sentido: a greve de

⁵ *O Cosmopolita*, nº 2, 20/11/1916, p.1, apud Fabiana Ruggeri Marchon, *A discussão acerca da Revolução Russa nos jornais anarquistas do Rio de Janeiro e sua relação com a fundação do Partido Comunista do Brasil de 1919* (Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em História, Rio de Janeiro, UFRJ, dez. 2006), p. 13.

⁶ Moniz Bandeira, Clovis Melo e A.T. Andrade, *O ano vermelho; a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil* (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967), p. 37.

⁷ Astrojildo Pereira – destacada liderança anarco-sindicalista, que, em 1922, fundou o PCB (Partido Comunista do Brasil).

⁸ Moniz Bandeira, Clovis Melo e A.T. Andrade, *O ano vermelho*, cit., p. 38.

⁹ *Ibidem*, p. 38-40; Fabiana Ruggeri Marchon, cit., p. 13-14.

1917 em São Paulo¹⁰ e a insurreição de novembro de 1918 no Rio de Janeiro¹¹, sufocada com violência logo de início devido à ação de agente policial infiltrado.

Segundo Carlos Augusto Addor, pesquisador dessa insurreição, tratou-se da primeira tentativa organizada empreendida por setores do movimento operário no Brasil de realizar a *revolução social* almejada pelos anarquistas.¹² Da mesma forma, John W. F. Dulles destaca que as lideranças do movimento estavam dispostas a repetir os acontecimentos russos, pois acreditavam que a *revolução social* iniciada na Rússia se expandiria pelo mundo de maneira inevitável.¹³ Inegavelmente, a Revolução Russa repercutira junto ao movimento operário brasileiro. A obra *O ano vermelho*¹⁴, publicada por ocasião do 50º aniversário da Revolução Russa, é reveladora, pois apresenta uma seleção cuidadosa de documentos da época e, em particular, da imprensa anarquista daqueles anos.

O primeiro número do ano de 1918 do jornal anarquista *O Cosmopolita* registrava:

Em 1917 estalou, prenhe de ansiadas esperanças, a soberba revolução russa, que viu abrir aos povos a porta em flama das reivindicações integrais. E assim, magnífico, surge este 1918, trazendo em si as mais belas e tímidas promessas de realizações emancipadoras. Aos pioneiros da nova era, aos batalhadores da ideia em marcha, o amplexo comovido nosso, neste dealbar maravilhoso da Anarquia!¹⁵

Um mês depois, o mesmo jornal publicou artigo de Astrojildo Pereira intitulado “Apelo aos anarquistas”, em que afirmava:

A revolução bate-nos à porta e é nosso dever (...) pormo-nos de guarda, atilados e prontos ao que der e vier (...). E alguém haverá ainda, de olhos tão fechados que não veja o que vai pelo mundo? ... A não falar da revolução russa.¹⁶

A seguir Astrojildo Pereira caracterizava a Revolução Russa:

(...) fundamentalmente econômica na sua origem e nos seus fins, acentuadamente libertária nos seus meios e processos e na sua direção – (...)

¹⁰ Moniz Bandeira, Clovis Melo e A.T. Andrade, *O ano vermelho*, cit., p. 50 a 64.

¹¹ Ibidem, p. 122 a 147; Carlos Augusto Addor, *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro, Dois Pontos Editora Ltda., 1986); Fabiana Ruggeri Marchon, cit., p.31-32.

¹² Carlos Augusto Addor, cit.

¹³ John W. Foster Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1920)* (Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977), p.66.

¹⁴ Moniz Bandeira, Clovis Melo e A.T. Andrade, *O ano vermelho*, cit.

¹⁵ *O Cosmopolita*, n° 24, 1/1/1918, p. 1, *apud* Fabiana Ruggeri Marchon, cit., p. 25.

¹⁶ *O Cosmopolita*, n° 26, 1/2/1918, p. 2, *apud* Fabiana Ruggeri Marchon, cit., p. 25.

que veio ensinar aos revolucionários, aos povos de todas as nações, a única fórmula moderna de eficácia destrutiva (...) capaz de realmente operar uma transformação social profunda.¹⁷

Segundo a visão dos dirigentes anarco-sindicalistas brasileiros, a Revolução Russa era anticapitalista do ponto de vista econômico e *libertária* do ponto de vista dos meios empregados, enquadrando-se, portanto, nos marcos das concepções anarquistas contrárias à luta política e à conquista do poder político pelos trabalhadores. De acordo com essa visão, então professada por Astrojildo Pereira, na Rússia fora seguido “um programa anárquico, que sintetizava velhas aspirações populares”.¹⁸

Em março de 1919 foi fundado na capital da República por dirigentes anarquistas como Astrojildo Pereira e José Oiticica um partido denominado Partido Comunista do Brasil, em cuja primeira circular destinada às organizações operárias de todo o Brasil dizia-se:

Diante do entusiasmo que reina nas classes trabalhadoras e no povo em geral pelos movimentos que se desenrolam no mundo tendentes a uma transformação social e amplamente baseados nas ideias comunistas, os libertários do Rio de Janeiro (...) acordaram fundar o Partido Comunista do Brasil.¹⁹

Verificamos que, para os fundadores desse partido, o reconhecimento das ideias comunistas como diretriz do processo revolucionário na Rússia não contradizia suas convicções libertárias, ou seja, anarquistas. A pesquisadora Fabiana Ruggeri Marchon destaca que, de acordo com os dirigentes desse PCB, o partido comunista russo é o responsável pelas transformações sociais que os anarco-sindicalistas almejam. Portanto, “nada mais justo do que seguir os passos russos e fundar um partido comunista”, acrescentando que “fica explícita a influência que a revolução russa exerce sobre a movimentação operária”.²⁰

Embora o recém-criado PCB adotasse um discurso permeado de declarações de adesão ao comunismo, sua atuação continuava a seguir os princípios anarco-sindicalistas como a recusa da luta pelo poder político e a defesa da extinção imediata do Estado. Fabiana R. Marchon assinala que, “naquele momento, não havia base teórica para compreender que a Revolução Russa e a sua direção, o partido comunista russo,

¹⁷ Idem.

¹⁸ *O Cosmopolita*, n° 29, 25/3/1918, p. 1, *apud* Fabiana Ruggeri Marchon, cit., p.26.

¹⁹ *A Plebe*, ano II, n° 8, 12/4/1919, p. 3, *apud* Fabiana Ruggeri Marchon, cit., p. 32.

²⁰ Fabiana Ruggeri Marchon, cit., p. 33.

estavam baseados no marxismo e não no anarquismo, como imaginavam os militantes brasileiros”.²¹ Anos mais tarde, Astrojildo Pereira destacou que se tratava de

uma organização tipicamente anarquista e a sua denominação de “Partido Comunista” era um puro reflexo, nos meios operários brasileiros, da poderosa influência exercida pela Revolução proletária triunfante na Rússia, que se sabia dirigida pelos comunistas daquele país. O que não se sabia ao certo é que os comunistas que se achavam à frente da revolução russa eram marxistas e não anarquistas. Só mais tarde estas diferenças se esclareceram, produzindo-se então a ruptura entre os anarquistas ditos “puros” e “intransigentes”, que passaram a fazer críticas e restrições aos comunistas russos, chegando por fim à luta aberta contra o Estado Soviético e os anarquistas que permaneciam fiéis à classe operária, os quais chegariam finalmente a compreender que no marxismo é que se encontra a definição teórica justa de ideologia do proletariado.²²

O novo partido desenvolveu intensa atividade, cabendo destacar a organização das manifestações do 1º de Maio de 1919, considerado por John W. F. Dulles “o primeiro de Maio mais brilhante do Brasil”.²³ O jornal *A Razão* estimou em cerca de 60 mil pessoas o número de presentes no comício monstro realizado na Praça Mauá, no Rio de Janeiro.²⁴ O ano de 1919 foi marcado pela crise do primeiro pós-guerra e por nova vaga de greves operárias, assim como grandes lutas, contra as quais a repressão policial era cada vez mais violenta.

A partir da virada dos anos vinte, com a repressão desenfreada desencadeada contra os trabalhadores e suas entidades pelas classes dominantes, representadas pelas autoridades governamentais, empenhadas em impedir a reorganização do movimento operário, este ingressou num período de sério e duradouro descenso. Ao mesmo tempo, contribuiu para tal retrocesso a crise deflagrada no interior dos setores anarcosindicalistas, para os quais começara a evidenciar-se a verdadeira face da Revolução Russa – uma revolução guiada pelas concepções marxistas, opostas, portanto, às dos teóricos do anarquismo como Bakunin e Kropotkin. Como escreveu Astrojildo Pereira, os anarquistas “que permaneceram fiéis à classe operária” e compreenderam que o marxismo era “a definição teórica justa da ideologia do proletariado” foram os que “viriam a fundar, em 1922, o verdadeiro Partido Comunista do Brasil”.²⁵

²¹ Ibidem, p. 36.

²² Astrojildo Pereira, *A formação do PCB (1922/1928)* (Rio de Janeiro, Vitória, 1962), p. 43-44.

²³ John W. Foster Dulles, cit., p. 71.

²⁴ Moniz Bandeira, Clovis Melo e A.T. Andrade, cit, p. 182.

²⁵ Astrojildo Pereira, *A formação do PCB...*, cit., p. 43-44.

O PCB foi fundado em março de 1922, ocasião em que realizou seu I Congresso, com a presença de nove delegados representando um total de 73 membros em todo o país.²⁶ Sua debilidade revelava-se não só no restrito número de militantes como na sua inconsistência ideológica e política. O atraso cultural do Brasil, proveniente em grande medida do processo de sua formação histórica - império escravocrata até o final do século XIX, em que os proprietários de escravos e de terras puderam derrotar todas as tentativas de insurgência popular e impedir o avanço de qualquer tipo de organização dos setores populares -, constituiu forte empecilho ao surgimento de um movimento operário sob a égide das ideias socialistas, marxistas e revolucionárias.

Em países vizinhos do Brasil como a Argentina e o Chile, já no final do século XIX havia partidos socialistas, que, embora sob a influência das tendências reformistas que vieram a predominar no movimento socialista europeu da época, contribuíram para a organização do movimento operário em seus países e para a difusão do pensamento marxista, ainda que em grande medida marcado pelo reformismo de Eduard Bernstein. Há que destacar o prestígio do Partido Social Democrata Alemão, cujos êxitos na luta parlamentar não podem deixar de ser registrados. Influência que repercutiria também no Brasil com a criação de alguns partidos socialistas, cuja existência, entretanto, jamais conseguiu se consolidar. Neste país inexistiam à época condições para os trabalhadores conquistarem algum sucesso através da luta parlamentar, pois o Congresso Nacional, amplamente controlado pelas oligarquias agrárias que dirigiam a nação com mão de ferro, mostrava-se insensível a qualquer pressão advinda de parte do movimento operário.

Por essa razão, o sindicalismo no Brasil avançaria sob a influência de trabalhadores que vieram do sul da Europa e imigraram principalmente para São Paulo, mas também para o Rio de Janeiro e outros pontos do país. Entre eles destacavam-se os adeptos das correntes anarquistas, seguidoras das teorias de Bakunin, Kropotkin, Proudhon e outros teóricos que disputavam com os seguidores de Marx a liderança do movimento operário no continente europeu. No Brasil, sua proposta de conduzir a luta dos trabalhadores através dos sindicatos, organizando greves e tendo como objetivo a chamada “ação direta”, sem recorrer a partidos políticos e condenando a luta pelo poder político e a conquista do Estado, os distinguiu claramente das correntes defensoras das

²⁶ Ibidem, p. 46.

ideias de Marx. Mas, por outro lado, essa orientação foi capaz de atrair setores consideráveis do operariado, infensos aos apelos das lideranças de partidos socialistas, que tiveram presença limitada do cenário nacional.

A debilidade ideológica e política do PCB criado em 1922 ficou evidente desde sua fundação. Seu I Congresso sequer discutiu um programa para a nova entidade, limitando-se a aprovar as 21 condições de admissão na III Internacional ou Internacional Comunista (IC), criada em 1919 por Lenin, em oposição à II Internacional, cujas lideranças haviam aderido ao reformismo e apoiado os seus governos burgueses durante a I Guerra Mundial. A preocupação principal dos delegados do I Congresso do PCB foi obter sua admissão na IC e, ao mesmo tempo, participar do movimento de socorro aos flagelados do Volga, que atravessavam grandes dificuldades na União Soviética com a seca que assolava a região.²⁷ Como foi assinalado por Astrojildo Pereira, “o movimento operário brasileiro não possuía nenhuma tradição marxista, razão, senão decisiva, pelo menos explicável, das insuficiências teóricas da direção do Partido”.²⁸

Em 1925 realizou-se o II Congresso do PCB, ocasião em que, pela primeira vez, os comunistas discutiram e aprovaram teses sobre a situação política nacional, baseadas na “concepção dualista ‘agrarismo-industrialismo’, dominante na direção do Partido”, segundo Astrojildo Pereira, seu secretário-geral e liderança mais destacada do PCB à época.²⁹ Teses inspiradas no livro *Agrarismo e industrialismo*, recém-produzido por Octávio Brandão, outro dirigente destacado do Partido.³⁰ Anos mais tarde Astrojildo reconheceria que se tratava da “primeira tentativa feita no Brasil de análise marxista da situação nacional”.³¹ “Falava-se aí em luta entre o capitalismo agrário semifeudal e o capitalismo industrial moderno, como sendo a contradição fundamental da sociedade brasileira após a República.”³² Dando prosseguimento à sua análise sucinta, mas consistente, Astrojildo registrava:

²⁷ Ibidem, p. 46-47.

²⁸ Ibidem, p. 59.

²⁹ Ibidem, p. 66.

³⁰ Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924, 2ª edição (São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 2006).

³¹ Astrojildo Pereira, Pensadores, críticos e ensaístas. In: Rubens Borba de Moraes e William Berrien, eds., *Manual bibliográfico de estudos brasileiros* (Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949), p. 656, *apud* John W. Foster Dulles, *Anarquistas e comunistas no Brasil*, cit., p.222 e 248 (nota 3).

³² Astrojildo Pereira, *Formação do PCB*, cit., p. 66.

Partindo de tais concepções que resultavam de uma aplicação mecânica e arbitrária do método dialético na análise da situação brasileira, os movimentos que desembocaram no 5 de julho de 22 e no 5 de julho de 24 são simplesmente enquadrados no esquema “agrarismo-industrialismo”, e dentro desse enquadramento isolados do contexto vivo da situação política.³³

A partir da análise da economia brasileira feita por Octávio Brandão, chegava-se, no referido livro à conclusão, que também foi incluída nas teses do II Congresso do PCB, que o imperialismo inglês apoiaria o agrarismo e o imperialismo americano o industrialismo.³⁴ Fazia-se uma tentativa de análise das classes da sociedade brasileira, cuja consequência para o PCB era tentar aproximar-se das lideranças tenentistas – expressão da “pequena burguesia revolucionária” – e preparar-se para a chamada “terceira revolta tenentista”, buscando alcançar a hegemonia do proletariado, do qual o partido pretendia ser a vanguarda, na luta contra a “oligarquia agrária entrançada com a oligarquia financeira”.³⁵ Hoje podemos observar que, não obstante a visão mecanicista da análise da realidade nacional então realizada pelo PCB, reflexo da indigência teórica do pensamento marxista no Brasil da época, era justa a tentativa de alcançar uma aliança com os líderes tenentistas e, em particular, com Luiz Carlos Prestes, uma vez que, durante os anos vinte, o tenentismo desempenhou papel de liderança das forças de oposição ao poder das oligarquias agrárias que governavam o país.³⁶

Nos anos vinte, o pequeno PCB enfrentou, por um lado, a repressão dos governos oligárquicos, que o levou a manter-se na clandestinidade durante a maior parte do tempo, e, por outro lado, o embate com os anarco-sindicalistas, entre os quais se destacava o professor José Oiticica. Embora essa corrente estivesse em declínio no meio operário sindical brasileiro, no plano internacional travou luta persistente contra o Estado soviético e a experiência soviética e, no plano nacional, contra os comunistas e o PCB, que combateu com coragem e muita audácia seus inimigos e alcançou êxitos importantes como a criação do Bloco Operário e do Bloco Operário Camponês no final da década, chegando a eleger Octávio Brandão e Minervino de Oliveira intendentess municipais na capital da República, ambos lideranças combativas pelos interesses dos trabalhadores.³⁷

³³ Idem.

³⁴ Ibidem, p. 68.

³⁵ Idem; Octávio Brandão, *Agrarismo e industrialismo*, cit.

³⁶ Anita Leocadia Prestes, *A Coluna Prestes* (São Paulo, Paz e Terra, 1997).

³⁷ Astrojildo Pereira, *A formação do PCB*, cit., p. 85-104.

Mas as insuficiências teóricas e políticas da direção do PCB contribuíram para que o partido não tivesse condições de resistir à imposição das diretrizes dogmáticas e sectárias aprovadas no VI Congresso da IC, realizado em 1928, e confirmadas na I Conferência dos Partidos Comunistas da América Latina, que teve lugar em meados de 1929 em Buenos Aires. Se no III Congresso do PCB, realizado nos últimos dias de 1928 e primeiros dias de 1929, ainda prevalecera a orientação de buscar alianças com os “tenentes”, empenhando-se ao mesmo tempo pela conquista da hegemonia do proletariado na luta contra o poder oligárquico aliado de setores principalmente do imperialismo inglês,³⁸ no III Pleno do Comitê Central do PCB realizado em outubro de 1929, a direção do PCB capitulou diante das determinações da IC, adotando a política obreirista de “classe contra classe”³⁹ e rejeitando qualquer tentativa de aliança com setores burgueses ou pequeno-burgueses. Segundo o modelo aprovado pela IC para os países ditos “coloniais e semicolônias”, entre os quais o Brasil estaria incluído, passava-se a considerar que existiria uma “situação revolucionária” no país e a política dos comunistas deveria ser a preparação imediata da etapa *democrático-burguesa* da revolução, caracterizada como agrária e anti-imperialista, com o estabelecimento de um “governo operário e camponês, baseado nos *Soviets*, isto é, nos Conselhos de Operários e Camponeses, Soldados e Marinheiros”.⁴⁰ Tratava-se de orientação estreita e desligada da realidade brasileira, que levou o PCB ao isolamento político e a sucessivas derrotas.

O desconhecimento da realidade brasileira aliado à débil assimilação da teoria marxista por parte dos dirigentes comunistas – em grande medida reflexo do atraso cultural do país -, tinha como consequência a cópia de modelos e, naquele período, o único modelo existente era o da Revolução Russa, cuja inegável repercussão provocava nos revolucionários o anseio de repetir essa experiência. Astrojildo Pereira reconheceria mais tarde:

Não compreendíamos sequer o sentido exato da verdade segundo a qual sem teoria revolucionária não pode haver ação revolucionária. Teoria

³⁸ Ibidem, p. 119.

³⁹ Milos Hajek, La táctica de la lucha de ‘clase contra clase’ en el VI Congreso. In: *VI Congreso de la Internacional Comunista*, 1ª parte, tesis, manifiestos e resoluciones, 1ª ed. (México, Ed. Pasado y Presente [Cuadernos de Pasado y Presente, n. 66], 1977), p. 7-83.

⁴⁰ Edgard Carone, *O P.C.B. (1922-1943)*, volume I (São Paulo, Difel, 1982), p.70 – 102; Anita Leocadia Prestes, *Luiz Carlos Prestes e Aliança Nacional Libertadora*; os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35) (Petrópolis, Ed. Vozes, 1997), p.43-46.

revolucionária significava, para nós, aplicar – mecanicamente, livrescamente – a linha política e experiência revolucionária de outros povos.⁴¹

O PCB, seguindo a orientação do VI Congresso da IC, ao aplicar mecanicamente à realidade brasileira os ensinamentos provenientes do modelo da Revolução Russa, partia da assimilação dogmática das concepções leninistas sobre a Rússia czarista e o caráter da revolução nesse país. Em texto que publiquei em 1980, adverti que teses levantadas por V. I. Lenin ao analisar a Rússia do início do século XX, foram transpostas acriticamente para a realidade latino-americana e, em particular, a brasileira, existente nas décadas de 1920/1930.⁴² O líder da Revolução Russa escrevia que

em países tais como a Rússia, a classe operária sofre menos em consequência do capitalismo do que pela insuficiência de desenvolvimento desse último. Por isso, a classe operária está absolutamente interessada no mais vasto, mais livre, mais rápido desenvolvimento do capitalismo. (...) A revolução burguesa é, exatamente, a revolução que mais decididamente varre os restos do que é antiquado, as reminiscências do feudalismo (...) e garante, de modo mais completo, o desenvolvimento mais amplo, mais livre, mais rápido do capitalismo.⁴³

Ao mesmo tempo, Lenin mostrava que nas condições da Rússia, na época do imperialismo, a burguesia só seria a favor da revolução de uma “forma inconsequente, interesseira e covarde”.⁴⁴ A única classe capaz de levar a revolução burguesa até o fim era o proletariado em aliança com os camponeses. Essa a razão do caráter *democrático-burguês* da revolução e da necessidade do proletariado alcançar a hegemonia no processo revolucionário para assegurar seu prosseguimento rumo à revolução socialista.

No caso brasileiro, ao não se dispor naqueles anos de pesquisas voltadas para a realidade nacional, tornava-se difícil a análise concreta do processo de desenvolvimento capitalista no país. A cópia das teses de Lenin para uma situação inteiramente distinta induziu o PCB a identificar um suposto feudalismo no campo, que junto com o imperialismo, desempenhariam o papel de entraves ao capitalismo. Enquanto, na realidade, o capitalismo encontrava novas formas de progredir nas condições de dependência do imperialismo e de manutenção de determinados tipos de relações de

⁴¹ Astrojildo Pereira, *A formação do PCB*, cit., p. 140.

⁴² Anita Leocadia Prestes, “A que herança os comunistas devem renunciar?”, *Oitenta*, v. 4, Porto Alegre, L&PM Editores, primavera de 1980, p. 197-223.

⁴³ V. I. Lenin, *Dois táticas da social democracia na revolução democrática* (Rio de Janeiro, Ed. Calvino Ltda., 1945), p. 75-76.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 152.

produção não-capitalistas,⁴⁵ os comunistas consideravam que seria necessário realizar a revolução agrária e anti-imperialista – a forma específica no Brasil da *revolução democrático-burguesa*, sob a hegemonia da classe operária –, garantindo a ampliação do mercado interno e o avanço das relações capitalistas, visando assegurar o sucesso de uma primeira etapa da revolução socialista. Adotava-se o esquema *etapista* da revolução, ou seja, para os países ditos coloniais ou semicoloniais, a estratégia da revolução passava a ser dividida em duas etapas: a primeira, *democrático-burguesa* e a segunda, *socialista*. Esquema este que se manteve durante décadas da história do PCB. Na prática, o PCB transformou-se num *partido nacional-libertador*, participante ativo da luta por todas as causas justas do povo brasileiro, mas sem conseguir transformar-se no organizador e condutor da revolução socialista no Brasil.

Essa falsa visão estratégica tinha um conteúdo *de direita*, pois dela resultava a busca de um objetivo ultrapassado pelo próprio processo histórico brasileiro - desenvolver o capitalismo. (Na Rússia czarista e feudal, realizar a revolução burguesa para desenvolver o capitalismo era uma tarefa progressista, como mostrou Lenin). No Brasil, a revolução burguesa possível nas condições históricas do país teve lugar num processo distinto das revoluções burguesas nos países centrais, conforme revelou o sociólogo Florestan Fernandes.⁴⁶ No caso brasileiro, para os comunistas, seria necessário romper com a dependência, golpear o capitalismo e avançar rumo à revolução socialista.

Como tive oportunidade de assinalar em trabalhos anteriores, uma estratégia errônea teria como consequência a adoção de táticas que também seriam errôneas, eivadas de vacilações e atitudes contraditórias. Na ausência de uma análise concreta da burguesia brasileira, dos seus diferentes setores e das suas correspondentes posições políticas, o PCB recorria à tese da existência de uma suposta *burguesia nacional* (categoria importada de modelos aplicados em outros países) que ora estaria subordinada aos interesses do imperialismo ora poderia ser considerada uma força revolucionária.⁴⁷ Posicionamento que influenciava a política de alianças do partido, prejudicando seriamente a prática política dos comunistas.

⁴⁵ Anita Leocadia Prestes, “A que herança os comunistas devem renunciar?”, cit., p.206.

⁴⁶ Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*; ensaio de interpretação sociológica (Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1975), p. 203-221.

⁴⁷ Anita Leocadia Prestes, “A que herança os comunistas devem renunciar?”, cit., p. 207.

Ao mesmo tempo, de longa data, no Brasil, a questão nacional esteve presente no debate intelectual⁴⁸ e, nos momentos de crise, passaria a “englobar e sintetizar as demais”, contribuindo para que o nacionalismo se transformasse em um “conceito inclusivo”⁴⁹. Da mesma maneira, é possível afirmar que “historicamente, a construção do nacionalismo” se constituiu “em uma das preocupações fundamentais dos intelectuais”⁵⁰. Contudo, é no período da 1ª Guerra Mundial que, nas palavras de Daniel Pécaut, “o nacionalismo invadiu a cultura brasileira”⁵¹ e, segundo Renato Ortiz, ocorreu a “emergência de um espírito nacionalista, que procura se desvencilhar das teorias raciais e ambientais características do início da República Velha”⁵².

Dessa maneira, as concepções nacional-libertadoras adotadas pelo PCB frutificaram no Brasil graças à sua aceitação por amplos setores sociais influenciados pelo pensamento nacionalista. Se as teses defendidas pelos comunistas encontraram repercussão junto a diversos setores da sociedade brasileira, isso se deveu, em grande parte, à circunstância de tais posições tenderem a convergir com os sentimentos nacionalistas amplamente difundidos na sociedade civil do país, dentre os quais se destacava a preocupação com a garantia da soberania nacional. Evidencia-se, pois, que a política do PCB não consistiu num mero reflexo de supostas imposições da IC ou do movimento comunista internacional, como frequentemente se afirma.

Como procurei mostrar em trabalhos anteriores, dadas as condições adversas em que o PCB foi fundado, de grande atraso cultural do país e de inexistência de um movimento operário com tradições marxistas, a repercussão da Revolução Russa mostrou-se decisiva para que um pequeno grupo de lideranças anarco-sindicalistas, tendo à frente Astrojildo Pereira, tomasse a iniciativa de criar um partido comunista no Brasil. Contudo a débil presença do marxismo junto à intelectualidade brasileira, aliada à grande influência do pensamento nacionalista, contribuiu decisivamente para que o PCB se transformasse num partido nacional-libertador.⁵³ Como advertiu Eric

⁴⁸ Lúcia Lippi de Oliveira, *A questão nacional na Primeira República* (São Paulo, Brasiliense, 1990).

⁴⁹ *Ibidem*, p.23.

⁵⁰ Mônica Pimenta Velloso, Os intelectuais e a política cultura do Estado Novo. In: J. Ferreira, L. de A. N. Delgado (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, livro 2 (Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003), p.149.

⁵¹ Daniel Pécaut, *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação* (São Paulo, Ed. Ática, 1990), p.15.

⁵² Renato Ortiz, *Cultura brasileira e identidade nacional*, 3ª ed (São Paulo, Brasiliense, 1985), p. 22.

⁵³ Ver, por exemplo, Anita Leocadia Prestes, *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB* (São Paulo, Brasiliense, 2010).

Hobsbawm, “o perigo real para os marxistas é o de aceitar o nacionalismo como ideologia e programa, ao invés de encará-lo realisticamente como um fato, uma condição de sua luta como socialista”.⁵⁴

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Dois Pontos Editora Ltda., 1986.

BANDEIRA, Moniz, MELO, Clovis e ANDRADE, A.T. *O ano vermelho; a Revolução Russa e seus reflexos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

BRANDÃO, Octávio. *Agrarismo e industrialismo: ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil – 1924*, 2ª edição. São Paulo, Ed. Anita Garibaldi, 2006.

CARONE, Edgard. *O P.C.B. (1922-1943)*, volume I. São Paulo, Difel, 1982.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1920)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil; ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1975.

HAJEK, Milos. La táctica de la lucha de ‘clase contra clase’ en el VI Congreso. In: *VI Congreso de la Internacional Comunista*, 1ª parte, tesis, manifiestos e resoluciones, 1ª ed. México, Ed. Pasado y Presente [Cuadernos de Pasado y Presente, n. 66], 1977, p. 7-83.

HOBSBAWM, Eric. Nacionalismo e marxismo. In: Jaime Pinsky (org.). *Questão nacional e marxismo*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

_____. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

LENIN, V. I. *Duas táticas da social democracia na revolução democrática*. Rio de Janeiro, Ed. Calvino Ltda., 1945.

MARCHON, Fabiana Ruggeri. *A discussão acerca da Revolução Russa nos jornais anarquistas do Rio de Janeiro e sua relação com a fundação do Partido Comunista do Brasil de 1919* (Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em História, Rio de Janeiro, UFRJ, dez. 2006).

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

⁵⁴ Eric Hobsbawm. Nacionalismo e marxismo. In: Jaime Pinsky (org.). *Questão nacional e marxismo* (São Paulo, Brasiliense, 1980), p. 310.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*, 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo, Ed. Ática, 1990.

PEREIRA, Astrojildo. Pensadores, críticos e ensaístas. In: Rubens Borba de Moraes e William Berrien, eds. *Manual bibliográfico de estudos brasileiros*. Rio de Janeiro, Gráfica Editora Souza, 1949.

_____. *A formação do PCB (1922/1928)*. Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

PRESTES, Anita Leocadia, “A que herança os comunistas devem renunciar?”, *Oitenta*, v. 4, Porto Alegre, L&PM Editores, primavera de 1980, p. 197-223.

_____. *A Coluna Prestes*. São Paulo, Paz e Terra, 1997.

_____. *Luiz Carlos Prestes e Aliança Nacional Libertadora; os caminhos da luta antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1997.

_____. *Os comunistas brasileiros (1945-1956/58): Luiz Carlos Prestes e a política do PCB*. São Paulo, Brasiliense, 2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: J. Ferreira, L. de A. N. Delgado (orgs.), *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*, livro 2. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
